

A FERAESP MANTÉM CANAL ABERTO AOS EMPREGADOS ASSALARIADOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E SINDICATOS. VIU OU VIVÊNCIOU ALGUMA IRREGULARIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO ?

DENUNCIE EM NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO: (18) 3325 - 1796
FERAESP@FERAESP.ORG.BR

WHATSAPP: (14) 99873-9557 OU EM SEU SINDICATO.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).



DESTAQUE

NÚMERO DE EMPREGADOS ASSALARIADOS EM SP SOBRE EM 2023 - PG. 3

FERAESP

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

INFLAÇÃO

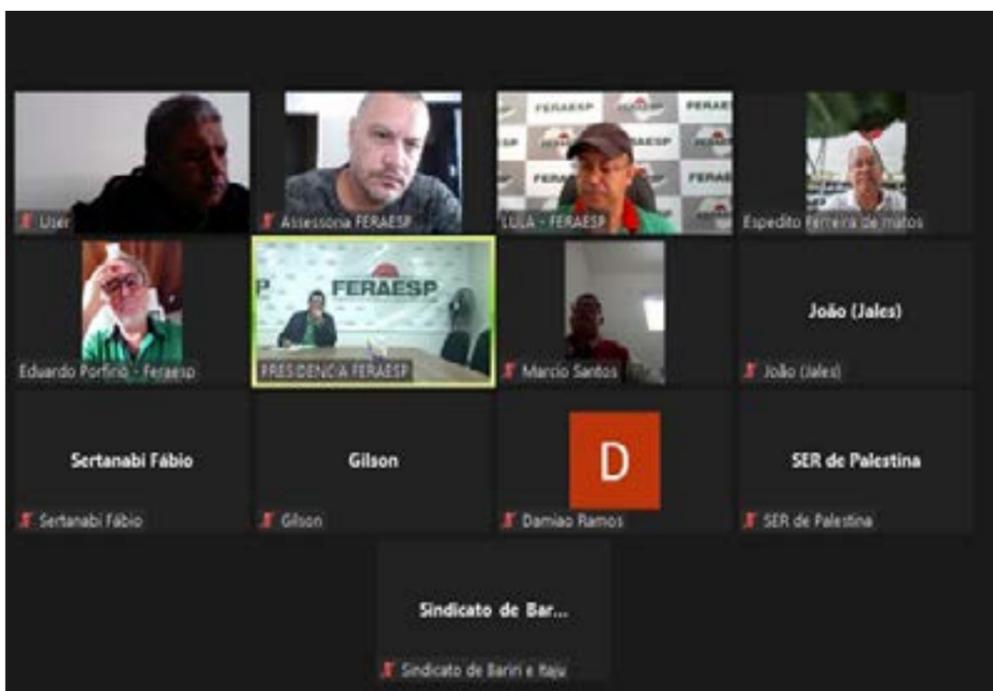
MÊS DE REFERÊNCIA: JUNHO DE 2024
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 3,53%

IPCA: 4,23%



FERAESP realiza plenária com sindicatos de assalariados rurais



No último dia 12 de julho, a FERAESP realizou plenária, de forma virtual, com os sindicatos assalariados rurais do estado de São Paulo.

A plenária que teve o convite estendido a todos os sindicatos de assalariados rurais do estado, teve como objetivo discutir os problemas dos sindicatos e o andamento das negociações com a federação patronal em relação a convenção coletiva de trabalho em áreas inorganizadas.

Os problemas levantados junto as entidades sindicais, será encaminhado para a Secretária Nacional de Diálogos Sociais da Presidência da República.

SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.

FERAESP

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

JORNAL FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Av. Siqueira Campos, 235, Vila Operaria, Assis - SP - CEP 19804-010.

Fone: (18) 3325 - 1796 - WhatsApp (14) 99873-9557 - e-mail: feraesp@feraesp.org.br

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP

Usina de Paraguaçu Pta. é condenada por acidente de trabalho



O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve uma sentença em ação civil pública condenando a Usina Cocal ao cumprimento das normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho e ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 1.000.000,00, em decorrência de um acidente de trabalho que vitimou um trabalhador na cidade de Paraguaçu Paulista (SP), no ano de 2019.

A sentença da 1ª Vara do Trabalho de Assis (SP) determina que, diante da iminência de ocorrência que possa colocar os trabalhadores em perigo, a empresa do setor sucroenergético suspenda de imediato os serviços em instalações elétricas energizadas ou em suas proximidades e adote medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais em todas as intervenções em instalações elétricas.

A decisão determina, ainda, que a ré adote procedimentos de proteção coletiva em todos os serviços executados em instalações elétricas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 até a regularização da conduta. Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Investigação – Em 2022, o Ministério Público do Trabalho em Bauru instaurou inquérito civil para investigar eventuais irregularidades trabalhistas supostamente causadoras do acidente que vitimou fatalmente um dos trabalhadores da Usina Cocal. O relatório fiscal da Gerência Regional do Trabalho de Marília indicou falhas na coordenação entre os membros da equipe, falta ou inadequação de análise de risco da tarefa, exigência de aproximação do trabalhador a fontes de energia, alternância de atividades sem considerar a análise dos riscos das tarefas e em desacordo com o sistema de autorização dos trabalhadores e manutenção com o sistema energizado.

Constatado o não cumprimento da legislação no que tange as normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho, o órgão ministerial notificou a empresa, que não manifestou interesse no ajustamento amigável de sua conduta. A fim de resguardar os direitos e a segurança dos trabalhadores atuais e futuros da operação, o MPT ajuizou ação civil pública em face da Cocal.

Segundo o procurador do MPT responsável pelo caso, Marcus Vinícius Gonçalves, “a consequência pela omissão da ré foi gravíssima e poderia ter sido evitada ou minimizada se tivessem sido adotadas medidas bastante simples e pouco custosas. Desta forma, a anuência dos pedidos se faz necessária para que as omissões citadas não continuem acontecendo e vitimando, irremediavelmente, outros trabalhadores e suas famílias”.

No corpo da decisão judicial, o magistrado Marco Antônio de Souza Branco, da Vara do Trabalho de Assis, afirma que “conclui-se, portanto, dos elementos probatórios dos autos, que a empresa reclamada descumpriu de forma reiterada as normas de segurança do trabalho relativas ao serviço em instalações elétricas”.

Atuação – O Ministério Público do Trabalho na 15ª Região recebeu, em 2023, 3.397 denúncias envolvendo irregularidades relacionadas à saúde e segurança do trabalho, um crescimento de 65% no número de denúncias recebidas em 2022 (um total de 2.057 denúncias).

Aumentaram os casos de soluções extrajudiciais alcançadas pelos procuradores, a partir da celebração de termos de ajuste de conduta (TACs): em 2023 foram 442, em detrimento de 384 firmados em 2022, um aumento de 15,5%. Como consequência, o número de ações civis públicas ajuizadas na Justiça do Trabalho diminuiu em 2023 com relação a 2022, respectivamente, 122 e 146.

No último mês, o MPT e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) assinaram um acordo de cooperação técnica, pelo qual as instituições se comprometem a envidar esforços pela promoção da saúde do trabalhador e prevenção de acidentes de trabalho. O acordo cria o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GETRIN) na 15ª Região, com a possibilidade de adesão de outros parceiros institucionais.

O Grupo, a exemplo de outros criados pelo Tribunal Superior do Trabalho e demais TRTs do país, tem como atribuições propor, planejar e acompanhar os programas de ações regionais voltados à prevenção de acidentes e doenças laborais no interior de São Paulo e litoral norte paulista, em uma circunscrição que abrange 599 municípios.

Número de empregados assalariados rurais em SP sobe em decorrência da queda na pandemia



O número de assalariados rurais no estado de São Paulo, chegou a 566 mil pessoas em 2023, de acordo com Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, ou seja, com carteira assinada. Os números são da movimentação no ano e para todo o setor do agronegócio.

Em 2020, esse número era de cerca de 505 mil empregados, passou para 524 mil em 2021, para 562 mil em 2022, até atingir os 566 mil em 2023. Portanto, houve uma variação, entre 2020 e 2023 de aproximadamente de 12%.

Vale destacar que, o setor agropecuário não parou na pandemia (que teve início em 2020, oficialmente), foi considerado pelo Governo Federal, como atividade essencial, e, mesmo assim, houve redução no número de empregados, o que pode ter causado anomalias no mercado de trabalho como: acúmulo de funções, demissões arbitrárias ou até mesmo mortes em decorrência da pandemia, além da intensificação da mecanização no setor que já ocorre há anos.

As 10 cidades que mais concentram empregados assalariados rurais, aproximadamente, em São Paulo, são:

Bebedouro, com 16 mil empregados;

Matão, com 15 mil empregados;

Holambra, com 11 mil empregados;

Itapetininga, com 10 mil empregados;

Mogi Guaçu com 8 mil empregados;

Itapeva, com 7 mil empregados;

Santa Cruz do Rio Pardo com 6.700 mil empregados;

Luís Antônio, com 6.400 mil empregados;

Capela do Alto, com 5.900 mil empregados;

Novo Horizonte, com 5.500 mil empregados.

13 adolescentes são resgatados de trabalho escravo em colheita de batatas em SP



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vai multar em R\$ 120 mil e interditará uma fazenda onde 13 adolescentes foram resgatados em situação de trabalho análogo a escravidão em Cerquilha (SP). Uma operação da Polícia Civil resgatou os menores trabalhando na colheita de batatas no dia 22 de julho.

O dono da fazenda e um funcionário foram presos durante a operação e prestaram depoimento na sede da Polícia Federal em Sorocaba.

O chefe regional da Fiscalização do Trabalho, Ubiratan Vieira, informou que nos próximos dias deve ir até a fazenda acompanhando de um delegado da Polícia Federal e um perito para averiguações, que podem resultar no aumento do valor da multa.

De acordo com o boletim de ocorrência, a operação flagrou os adolescentes trabalhando na colheita de batatas em situação precária. Eles não recebiam água ou alimentos, não tinham um local com sombra para descansar e se alimentar, e tinham uma jornada de trabalho que ia da madrugada até o fim da tarde, sem qualquer registro trabalhista. Também não havia banheiro para eles no local, sendo necessário que utilizassem sacos de batatas para fazer suas necessidades fisiológicas. Eles eram transportados ao local da colheita por um ônibus fornecido pelo dono da fazenda, que obrigava os adolescentes a comprarem dele luvas de proteção caso quisessem proteger as mãos durante a colheita.

O caso foi encaminhado à delegacia de Cerquilha e para a Delegacia da Polícia Federal em Sorocaba (SP).

Esforços para enfrentar os efeitos do calor extremo sobre a saúde e segurança dos trabalhadores



A parceria Brasil-EUA pelos Direitos dos Trabalhadores lançou no dia 22 de julho, em Fortaleza (CE), a campanha PWR Heat e Chamada à Ação “Estresse Térmico”. O objetivo é unir esforços para enfrentar os efeitos do calor extremo sobre a saúde e segurança dos trabalhadores.

A campanha foi lançada durante um encontro realizado antes da quinta e última reunião do Grupo de Trabalho sobre o Emprego do G20 Brasil, que acontece nesta terça e quarta-feira na capital cearense.

Por meio da parceria, os dois países trabalharão com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para realizar uma campanha com o objetivo de proteger os trabalhadores do estresse térmico excessivo.

As consequências do calor extremo para os trabalhadores podem incluir câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, disfunções renais e outros problemas de saúde. De acordo com a OIT, mais de 70% da força de trabalho global está exposta a graves riscos para a saúde relacionados às mudanças climáticas, enquanto as medidas de segurança e saúde no trabalho (SST) têm dificuldade em enfrentar essa ameaça crescente.

Na mesma ocasião, a Rede OSH (Occupational Safety and Health) realizou sua reunião anual, cujo tema central foi o risco à saúde e à segurança que o calor extremo representa.

O trabalhador está exposto ao calor excessivo em áreas externas e internas, no entanto, as atividades na construção civil e na agricultura são uma das mais afetadas. O auditor-fiscal do MTE Wellington Kaimoti apresentou as ações que estão sendo realizadas no Brasil para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores.

“O agronegócio concentra 27% dos trabalhadores no Brasil. Por conta do estresse térmico, em 2019, revisamos e atualizamos de forma tripartite a NR 31 que trata das atividades na agricultura”, apontou Kaimoti, acrescentando que as regras foram alinhadas de acordo com as normas internacionais.

Fonte: CSB

Número de brasileiros desnutridos diminuiu em 2,3 milhões de 2020 a 2023, diz ONU



De 2020 para 2023, 2,3 milhões de brasileiros saíram da situação de desnutrição, segundo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), divulgado no mês de junho de 2023.

A entidade analisou dois períodos distintos. Entre 2020 e 2022, os três últimos anos do governo de Jair Bolsonaro (PL), a quantidade de brasileiros desnutridos era de 10,1 milhões. Já entre 2021 e 2023, já contando o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o número caiu para 8,4 milhões. Em termos de porcentagem, saiu de 4,7% para 3,9% da população.

Os dados revelam que o Brasil diminuiu a quantidade de desnutridos mais do que a proporção do conjunto dos países da América Latina e Caribe e do mundo. No primeiro caso, os países latino-americanos registraram uma queda de 43,7 milhões de desnutridos para 43,4 milhões, o que representa uma diminuição de apenas 0,68%. No mundo, a quantidade saiu de 725,1 milhões para 722 milhões, ou seja, um recuo de 0,42%.

Segundo o relatório, no ano passado, entre 713 milhões e 757 milhões de pessoas podem ter enfrentado fome, o que significa uma a cada 11 pessoas do mundo. “A fome ainda está aumentando na África, mas permaneceu relativamente inalterada na Ásia, enquanto houve um progresso notável na região da América Latina e do Caribe”, diz um trecho do relatório.

Fonte: CUT